

JOSÉ ALBERTO A. MORAIS SARDINHA

Advogado

Rua Serpa Pinto, 18 - 1.^o
2580-363 TORRES VEDRAS
Telefone 281 32 29 73 - Fax 281 31 49 80
moraisardinha-3854L@adv.oe.pt
Responsabilidade Limitada

Reg. c/ A.R.

À

Direcção Geral do Património Cultural

INPCI – Instituto Nacional do Património
Cultural Imaterial

Palácio Nacional da Ajuda, Ala Norte – 1.^o Piso

1349-021 Lisboa

Torres Vedras, 09 de Outubro de 2023

Assunto: Consulta pública da inscrição Canto a vozes de mulheres no Inventário
Nacional do PCI

Exmos. Senhores:

Tendo tomado conhecimento de que os proponentes da candidatura do canto a vozes de mulheres à inscrição PCI apresentaram uma “contestação” às minhas observações, na qual, entre outras coisas, se dedicam a insultar a minha pessoa e a descredibilizar a minha investigação, cumpre-me apresentar a minha resposta, não só em relação aos argumentos expendidos, mas também em defesa da minha honra, o que faço nos termos constantes do documento anexo.

Com os meus melhores cumprimentos, creiam-me,

Mto. Atentamente,



Junta: Um documento.

J. L.

**RESPOSTA
À
CONTESTAÇÃO DOS REQUERENTES
DA
CANDIDATURA
DO
CANTO A VOZES DE MULHERES**

**I
QUESTÃO PRÉVIA**

É sabido que quem não tem argumentos, recorre ao insulto.

E os Contestantes e os sábios que convocaram para cientificamente os coadjuvarem não se poupam:

Eu escrevo monólogos construídos a partir do lugar do investigador, tenho uma visão ultrapassada, paternalista e enciclopédica da música tradicional, enfermo de graves equívocos e imprecisões, revelo pouca familiaridade com a matéria que abordo e a problemática respectiva, desconheço a etnomusicologia e o que ela trouxe na maneira de considerar as tradições musicais, construo argumentos com pouco rigor, sou dispersivo, produzo um discurso ambíguo e só quero exibir uma pretensa autoridade exógena tentando sobrepor-se ao saber endógeno.

Ataque miserável que só desqualifica quem o desfere.

É claro que nem por um momento se atribui o desaforo a baixos sentimentos de recalcamientos, de despeito ou inveja sobre a minha obra e investigação etnomusical, cuja vastidão não tem paralelo em Portugal.

Claro que não. De tão elevados espíritos, navegando nas altas esferas do pensamento, só é de esperar nobreza de sentimentos e preocupações de “objectividade”, que habitam geralmente os cérebros superiores.

Porém, os insultos oferecem-nos a delimitação do campo em que se situam os seus autores.

E, na verdade, eu não faço parte da confraria do elogio mútuo, do rebanho dos criadores de mitos urbanos, de incentivadores da discórdia social, de inventores de “dissensos”, da ditadura das ideias dominantes, dos arautos dos novos evangelhos.

Por isso, sim, sou um atrasado, com visões ultrapassadas. Um atrasado mental.

Não faço parte do redil onde pastam os adiantados mentais.

Não possuo as elevadas qualidades das luminárias, sou um impreparado, inculto e desconhecedor das modernas teorias.

Em suma, um ignorante.

Ao longo de cinquenta anos de estudo das tradições populares portuguesas, confesso que cheguei a perder tempo a ler a tralha ideológica das sumidades estrangeiras que os génios domésticos citam com reverência.

E confesso que não aprendi nada, naturalmente porque sou burro e assim permaneço ignorante.

E, na verdade, ignoro as construções ideológicas que estão em moda, ignoro as altas revelações dos “cientistas” da etnomusicologia, que dão luz ao mundo e derramam as suas interpretações mirabolantes sobre as tradições populares, fantásticas, fingidas, mentirosas (o grande Camões persegue-me).

Ignoro, esforço-me por ignorar e tenho mesmo orgulho em ignorar.

Quero ignorar as interpretações tendenciosas que os doutos “cientistas”, cheios de prosápia, constroem sobre as tradições populares, nelas conseguindo descobrir sintomas inquestionáveis de conspiração contra a ordem social, gérmens de revolta e subversão, e agora até – *stupete, gentes* – na música popular rivalidades e discriminações de machismo ao contrário, *id est*, de feminismo, fruto da ideologia de género em moda.

E se esta é a “nova maneira de considerar as tradições musicais que a etnomusicologia trouxe”, então quero mesmo desconhecer essa “nova maneira” que só trouxe tralha ideológica, falsas interpretações das tradições populares, paternalismo condensado na pretensa sapiência e superioridade dos deslumbrados das “ciências” sociais.

Mas parece que a minha ignorância, afinal, gera incômodo. Não se percebe bem porquê, atenta a minha pequenez e contumaz vontade em permanecer ignorante.

Mais esmagado fico quando contra mim é brandido o argumento *ad auctoritatem*. Quem sou eu, afinal, para contrariar a douta opinião de tantas eminências, carregadas de sabedoria, de citações, de cursos, mestrados e doutoramentos? Afinal, as sumidades que me contestam são doutoradas, possuem diplomas e canudos que lhes conferem o dom da sapiência eterna e universal... E eu, quem sou eu? Um pobre ignorante e impreparado que não possui capacidades cognitivas para alcançar as altas esferas das “ciências” sociais, nem as ferramentas mentais necessárias para abordar as matérias reservadas aos “cientistas”.

Mas não se limitam ao *magister dixit*.

Lá por terem um canudo em “ciências” sociais, julgam-se no direito de insultar e amesquinhar os não iniciados no clube, os que não pertencem à orquestra, os que têm opiniões diferentes.

Ignoram o que o grande Camilo chamava a certos canudos, que apodava de alvarás da asneira.

Estão assim os requerentes da candidatura habilitados a debitarem as asneiras que quiserem, não só porque detêm o competente alvará, mas também porque a asneira é livre e não paga imposto.

Porém, não contentes com o peso específico dos seus alvarás, quiseram rodear-se de um concílio de sábios, para certificarem perante o mundo que são verdadeiras as suas construções ideológicas, as suas visões miríficas e falsas sobre a vivência rural e a vida das pessoas na sociedade tradicional.

Trata-se de uma réplica mal ajambrada do concílio dos deuses
(Camões não me larga).

O célebre concílio dos deuses,
Convocado da parte de Tonante
Pelo neto gentil do velho Atlante.
Oh! Perdão! Não é o concílio dos deuses!
É apenas o concílio dos sábios,
Convocado para impor ao mísero ignorante,
O dogma da intelectualidade dominante.

Compreende-se perfeitamente a necessidade de reunião de tantas
sumidades: impressionar, pressionar e confortar o decisor na obtenção de uma
decisão favorável a uma tese errada.

Quem, afinal, ousará contrariar tanta cerebração fosfórica?

II A NOVA INQUISIÇÃO

Porém, os requerentes da candidatura não se limitam ao insulto.

Os novos Torquemadas já não promovem autos-de-fé à maneira
antiga, método ultrapassado e demasiado chocante. Agora, no princípio do
terceiro milénio, o fogo é outro: é a intimidação, a coacção, o cancelamento, a
censura.

Anchos, como os outros fanáticos, da sua certeza, da sua fé no
Novo Evangelho, esta a verdadeira, a que redimirá definitivamente o mundo
(como a outra), os novos censores propugnam, no que ao nosso caso interessa,
que se apague, que se retire da plataforma partes do meu texto, alegadamente por
não fazerem parte do objecto da candidatura.

Também os insultos não fazem parte do objecto da candidatura e os
contestantes nem por isso deixaram de os inventar e verter ao papel.

José L. L.

Segundo os censores, o que eu escrevo deve ser eliminado, por não estar habilitado a emitir a minha opinião (lá está, falta-me o alvará), ou seja, por incorrer em delito de opinião (ainda por cima, lembre-se, sobre a exclusividade das mulheres no canto polifônico popular). E não devia mesmo ser autorizado a emiti-la.

Na vertigem ditatorial da sua ideologia, ousam mesmo indicar os locais onde eu devo publicar as minhas heresias, não sem avisar que o acesso a tais locais é reservado e submetido ao escrutínio de especialistas, ou seja à censura dos gurus da seita.

Assim se compreende a ocultação sistemática da minha obra. Como bonzos do templo do conhecimento "científico", querem preservar a sanidade intelectual das massas, ignaras já se vê, das opiniões divergentes ao seu catecismo.

E, para cúmulo, em estado de completa alucinação, ainda sugerem que estou a usar este lugar para publicitação das minhas obras!

Já deviam saber que não preciso da sua publicidade para nada.

Não ando à babugem de subsídios estatais para fazer a minha investigação e publicar os meus estudos.

A minha obra tem sido regularmente publicada, os meus livros chegaram ao público português e esgotaram as edições, a minha obra está aí, por muitos engulhos que possa causar: é o maior arquivo de música de tradição oral portuguesa, fruto de quase cinquenta anos de trabalho de campo por todos os recantos do país. É fruto também do meu próprio esforço financeiro, pois nunca usufruí de qualquer subsídio. Nem preciso do Estado para nada, porque felizmente disponho de meios próprios para dedicar à investigação o dinheiro e o tempo que quiser.

Não dependo de ninguém e não estou sujeito a obediências. Sou um pensador livre em toda a acepção da palavra, e firme nas minhas ideias. Não preciso de fazer vénias, encarneirar no pensamento único, nem de me subjugar a ideologias desligadas da realidade.

Mas também não me intimido com os métodos da nova Inquisição, a mentira, o insulto, o cancelamento, a censura, a coacção.

III

A VISÃO PATERNALISTA DAS TRADIÇÕES POPULARES

Acusar os outros daquilo que eles próprios dizem e fazem, é a estratégia de intimidação seguida pela política de cancelamento, pelos paladinos da ideologia de género hoje em moda.

Ora, na seara da música e das tradições populares, que é a matéria que nos ocupa, a visão paternalista pode assumir essencialmente duas formas:

- a que encara as manifestações populares como coisas simplórias e pitorescas que o povinho inculto conseguiu criar e trazer até hoje para deleite das classes letradas;

- a que considera o povo como detentor de capacidades formidandas que lhe permitiram criar a sua música, que com o decurso dos séculos fica investida de uma força telúrica, oculta e portentosa.

Hoje já ninguém sustenta a primeira acepção, mas a segunda está em moda. É moderna e progressista, baseada em altos estudos por intelectuais de indiscutível craveira.

Acontece, porém, que é tão paternalista quanto a primeira, já que ambas consideram o povo como uma entidade mítica e essencialmente ignorante.

A intelectualidade dominante, munida do sobredito alvará, dedica-se a interpretar as manifestações populares segundo os seus próprios pré-juízos ideológicos, vendo nelas sinais e sentimentos, que o próprio povo não tem, não sente, não descortina, não compreende. Só esses intelectuais, munidos do bisturi

do seu precioso alvará, conseguem interpretar tais manifestações, nelas detectando os profundos sentimentos e aspirações do povo, os seus desejos conspirativos, os seus anseios de transformação social que ele não alcança, coitado, porque é ignorante.

São estes exegetas, desconhecedores da realidade que interpretam a seu bel-talante, teorizadores do vazio, que hoje dominam as "ciências" sociais e que querem impor ao povo e a todos os que com eles não concordam, a Nova Fé, a "verdade" das suas falsas interpretações, a qual, como racionalmente está à vista, é fruto do fanatismo e só existe na soberba das suas cabecinhas.

Esta é que é, verdadeiramente, a visão paternalista da música e das tradições populares: a que, mesmo vendo o povo como criador de coisas fantásticas (a criação da música tradicional é outro assunto que não vem aqui ao caso), não lhe reconhece capacidade para entender o significado, profundo, oculto, das suas próprias tradições, só acessível às altas esferas do pensamento das luminárias possuidoras do alvará milagroso.

IV A CONTRA-ARGUMENTAÇÃO DOS REQUERENTES DA CANDIDATURA

Debrucemo-nos sobre os contra-argumentos da "contestação".

Começam os contestantes por acusar ser falsa a minha afirmação de que o canto a vozes é interpretado por homens e mulheres sem qualquer distinção.

Segundo eles, há, pois, uma distinção musical entre homens e mulheres, porque, dizem, só estas "têm competência" para realizar todas as vozes polifônicas.

Estão a atribuir às mulheres capacidades vocais únicas, formidáveis e exclusivas, o que é um absurdo.

Primeiro ponto: os homens não estão proibidos de cantar com as mulheres.

Segundo: os homens não estão proibidos de fazerem vozes, mesmo cantando com as mulheres.

Terceiro ponto: no edifício harmónico, as mulheres não fazem (ou é raro fazerem, o que pode ocorrer quando o tom adoptado for demasiado agudo) as vozes dos homens, naturalmente porque estes cantam uma oitava abaixo daquelas e as tessituras femininas na generalidade dos casos não o permitem.

Dêmos um exemplo, aliás muito frequente: as mulheres fazem duas vozes, em *gymel*, ou seja, com a melodia e a terceira superior. Alguém proíbe que os homens façam essas duas vozes nas oitavas inferiores? Não é isso o duplo *gymel*?

Os contestantes citam a despropósito vários autores para demonstrar... para demonstrar nada, porque o que eles escreveram não tem nada a ver com o que se discute, não contraria nada do que eu disse, nem tão pouco pode alterar a realidade: quando estavam juntos rapazes e raparigas, todos cantavam. Faziam vozes os que quisessem e soubessem fazê-las.

Se as mulheres cantam mais que os homens? Claro que sim.

Se as mulheres estão mais vocacionadas para cantar a vozes? Claro que sim.

Já o dissemos nas observações que escrevemos anteriormente.

Mas isso não dá às mulheres o monopólio, a exclusividade, de cantar em polifonia.

Aceitam os contestantes que os homens também cantam a vozes mas apenas em contextos exclusivamente masculinos.

Nada de mais falso. Ou será que os cantares de Janeiras pertencem a "sociabilidades masculinas"? Escute-se, por exemplo, o canto de Janeiras em polifonia masculina, registado por Michel Giacometti em *Alguber*, em "Cantos Religiosos Tradicionais Portugueses", Face A, Faixa 4. E os cantares de Reis? E

J. S. L.

os cantares das desfolhadas? E os cantares da apanha da azeitona? E os cantares das vindimas? E as encomendações das almas? E os simples cantares de lazer e de amor?

Não tendo aqui cabimento enumerar todos os casos que os colectores editaram ao longo do século passado, nem os exemplos inéditos do meu arquivo, cito só dois casos que registei no concelho do Fundão (livro no prelo – publicidade ilícita), um em Castelo Novo, em que os homens fazem a melodia e a terceira superior, ficando a cargo das mulheres a oitava superior da melodia, outro no Alcaide, em que as vozes femininas apenas asseguram a melodia e as masculinas se desdobram numa harmonia à terceira inferior da melodia, para além da linha da melodia.

A citação de outros exemplos, tanto de minha recolha como de outras (as de Armando Leça foram elencadas nas minhas primeiras observações), obrigar-me-ia a uma pesquisa demorada que não paga a pena e seria fastidiosa para quem lê.

A realidade é indesmentível:

Os homens cantam a vozes com as mulheres, fazendo preferencialmente a oitava inferior à melodia, que elas não fazem por razões de tessitura, mas fazendo, eles, também outras vozes se for de sua vontade e talento, o que acontece com alguma frequência.

Se nos corais eruditos os homens também cantam a vozes juntamente com as mulheres, por que razão não o haveriam de fazer nos corais populares??? Ou será porque as gentes do campo são atrasadinhas e os homens aceitavam ser proibidos de cantarem a vozes ???!!!?

E aqui reside a questão fundamental: havendo homens dotados para cantar a vozes (que os há, porque eles não são surdos nem mudos), as mulheres proibi-los-iam de o fazer com o argumento de que só elas tinham “competência” para tal?

Não cabe na cabeça de ninguém, excepto dos que peroram sem ligar a um pormenor chamado realidade. Não querem saber. Não querem ver. O pior cego é aquele que não quer ver.

Mas a realidade está à vista de todos: na ruralidade, os homens também cantavam a vozes, quer em corais só masculinos, quer em conjunto com as mulheres. O caso do cante alentejano é curioso, pois antigamente, no campo, era interpretado em corais mistos, só passando a corais masculinos depois de a mecanização dos trabalhos ter dispensado os cantares no campo.

É motivo de forte admiração que tão altas figuras da ciência etnomusicológica confessem a sua ignorância em matérias tão importantes como é a origem da polifonia popular. Será que estes cientistas pensam que a polifonia nasceu de geração espontânea, ou por graça do Divino Espírito Santo?

Ignorando, pois, um assunto crucial para se compreender a polifonia popular, têm depois o arrojo e a petulância de apodar os outros de impreparados, ignorantes, equivocados e pouco familiarizados com a matéria. Fantástico!

Por isso, não admira que não tenham percebido o que eu disse quando afirmei que nunca alguém tinha visto todas as mulheres juntas a criar música, a inventar a polifonia e assim a justificarem a exclusividade do canto polifónico. Explico, pois: quis justamente pôr em causa a criação musical colectiva e concretamente a criação feminina da polifonia. É simples, mas há gente que não entende, ou não quer entender.

Dizem, por outro lado, os contestantes que “durante a extensa investigação sincrónica não foi identificada nenhuma manifestação de canto a vozes masculino”.

Que pena! Se calhar não procuraram bem, apesar de tão extensa investigação. É caso para dizer que a “investigação” foi pobre e não foi extensa. Porque de contrário, encontrariam facilmente. Ou então, estaremos perante uma “investigação” orientada...

Os contestantes só vêem o que interessa à sua tese peregrina.

Já que nada “identificaram”, se quisessem fazer estudo sério, poderiam ouvir as recolhas dos colectores que se dedicaram a gravar os cantares da sociedade agrária tradicional no seu próprio meio. Bastaria ouvir as gravações disponíveis - e as fotografias respectivas. No nosso comentário inicial demos

inúmeros exemplos dessas recolhas, nomeadamente as de Armando Leça. Será ocioso repetirmos aqui o que já dissemos anteriormente.

Mais adiante, no seu "comentário final", os contestantes voltam a gabar-se do rigor do seu levantamento e investigação envolvendo centenas de mulheres.

Centenas? Serão decerto as integrantes dos grupos que constituem a associação fala de mulheres, que são grupos já folclorizados, a maior parte das quais, por virtude da sua jovem idade, desconhecedoras da realidade da sociedade tradicional, a qual nunca vivenciaram e que representam mentalmente de forma mitificada, para não dizer instrumentalizada.

Tenha-se presente que, ao longo de cinquenta anos de pesquisas no terreno, entrevistei, gravei e convivi com milhares de homens e mulheres do campo, participei com eles em trabalhos agrícolas, em arruadas festivas, nos círios estremenhos, em noitadas de romaria, em lagaradas do azeite, em adiafas de vindima, em cantares de Janeiras e de Reis, em cantorias junto ao madeiro de Natal, em cantos de encomendação das almas, na apanha da azeitona, em peditórios para as festas religiosas, em cantares ao desafio, em refeições colectivas, enfim, num sem número de manifestações e convívios populares.

Conheço inúmeras pessoas do campo que, se lhes perguntarem se é verdadeira a tese proposta pelos requerentes, isto é se lhes perguntarem se os homens não interpretavam juntamente com as mulheres os cantos a vozes durante as desfolhadas, as encomendações das almas, os trabalhos colectivos, essas pessoas darão como única resposta o dedo indicador apontado à testa, sinalizando que a pergunta é própria de quem está "maluquinho das ideias"...

E já que enchem a boca com Manhouce e com Isabel Silvestre, porque não lhe perguntaram qual o papel que desempenhava António Lourenço Silva e os outros homens nos cantares da sua terra? Ou será que ele era um opressor do papel das mulheres?

E porque não referem que, só para citar dois discos, LPs, gravados pelo Grupo de Cantares de Manhouce, intitulados "Aboio" e "Cantares da Beira", aí podemos ouvir um total de 28 cantos populares, todos interpretados por coro

misto? A maior parte deles são polifônicos nas vozes femininas, fazendo os homens a oitava grave da melodia, mas contribuindo valiosamente para a beleza, sustentação e consistência do edifício harmônico. São mesmo essenciais nesta função. Escute-se com atenção essas interpretações e imagine-se quanto perderiam sem as vozes masculinas. Note-se ademais que estas, as vozes masculinas, cantam todos os 28 temas juntamente com as mulheres, sendo certo que alguns desses temas são interpretados apenas com a oitava existente entre as vozes femininas e as masculinas, isto é, sem as mulheres fazerem vozes. Ambos os discos foram editados nos anos 80.

Na sua senda de mitificação da vida rural, ou apenas porque são neófitos no tema, afirmam que “a sociedade” impunha às mulheres viúvas o “silenciamento até ao final da vida”. Cinco linhas antes, tinham escrito que elas deixavam de cantar por iniciativa própria. Confusos? Não. Estamos apenas no domínio da ficção, das novas perspectivas da ciência etnomusicológica, da confusão mental, da incoerência de discurso, da irracionalidade.

Mas, afinal, o que é essa “sociedade”, que obrigava as mulheres viúvas ao silêncio? É certamente uma entidade monstruosa e intimidante, qual Adamastor das campinas... Ou é a maldita sociedade em que vivemos e que urge derrubar para construir o paraíso terreal? E que meios coercivos exercia ela para uma tal maldade? Ou era apenas uma mentalidade própria daqueles tempos que estava arreigada nas próprias pessoas e que o decurso do tempo se encarregou de ultrapassar?

É caso para informar que ao longo destes cinquenta anos de pesquisa, gravei centenas de mulheres viúvas a cantar a vozes. Mais: por serem as mais velhas, sabiam interpretar as cordas superiores em polifonia melhor que as outras mulheres. O seu estado de viuvez é patente nas fotografias que tirei, em que as mesmas surgem vestidas de preto e com lenços pretos na cabeça. Estão ao dispor nas minhas obras publicadas e no meu arquivo fotográfico.

Por outro lado:

No que toca às afirmações do Marquês de Montebelo, vêm agora os requerentes ensinar ao pobre ignorante o carácter contrapontístico da fuga. A este

respeito, muita coisa haveria a dizer (António Gedeão, por exemplo, na sua “Pedra filosofal”, quando utiliza a palavra contraponto, sabia porventura o seu significado musical?).

Na verdade, ninguém sabe se o dito marquês sabia música e conhecia as características exactas do género fuga. Pode até ter utilizado o termo apenas na asserção que ganhou consagração no século XVII, como tendo carácter imitativo, como seria o caso de ele ter ouvido uma cantiga paralelística, fórmula poética que vem da lírica galaico-portuguesa e se conservou em certa medida até hoje no domínio popular.

Mas mesmo que ele se estivesse referindo a cantos polifónicos, qual é a novidade? Se as mulheres do campo cantaram a vozes até ao século XX, porque não o haviam de fazer também no século XVII?

Alguém nega que as mulheres cantam a vozes? Claro que não.

O ponto não é esse.

O ponto é se elas têm o monopólio da polifonia vocal, por uma espécie de dom divino que tenha caído do céu aos trambolhões e que só sobre elas tenha sido derramado – e nunca sobre os homens, os malditos da terra, os excluídos do canto, os proscritos da polifonia.

E julgam ter descoberto a pólvora quando afirmam com entusiasmo pueril e espanto de neófito que, quando faltavam os instrumentos musicais para bailar, eram as mulheres que cantavam para sustentar a bailação. Coisa que sucede há séculos e que toda a gente conhece... Todos os ranchos folclóricos o referem nas suas apresentações públicas!

E julgam os contestantes, ainda por cima, que esse é um argumento formidável para a questão em apreço, quando, na verdade, em nada adianta para o caso.

O resto da argumentação dos contestantes é o que se espera de quem está em estado de desespero: mais insultos, mais desconsiderações, mais faltas de respeito.

Nalguns casos, não querem entender o que eu disse, para mais facilmente distorcerem e criticarem as minhas afirmações. Noutros casos nota-se

mesmo que não perceberam o que eu disse, de tal forma estão as suas mentes toldadas pela ideologia que cega e não deixa ler e entender tudo que a ponha em causa.

Pretendem apenas levantar a confusão, criar uma nuvem de fumo para se não perceber qual a questão que verdadeiramente está em causa e se discute. Mas o texto das minhas observações faz parte do processo da candidatura e está ao alcance de simples leitura, não sendo admissível dois entendimentos sobre o mesmo.

Por exemplo, no que toca aos ranchos folclóricos. Quem falou neles foi o requerimento de candidatura, ao afirmar que a presença dos homens nos cantares polifónicos teria sido introduzido recentemente por essa via. Afirmção falsa, que eu critiquei e desmontei nas minhas observações a essa candidatura. Releia-se, pois, o que aí escrevi para não subsistirem as confusões e as más interpretações deduzidas pelos contestantes.

Pondo de parte os fanatismos de género, útil e importante seria promover a candidatura a património imaterial, isso sim, do canto polifónico popular português, em coro misto claro, este verdadeiramente merecedor dessa distinção, pela qualidade e complexidade da sua construção harmónica, pelo brilho das suas interpretações, pela profusão temática e disseminação geográfica, pela raridade no quadro das músicas tradicionais europeias, pelo importante papel sócio-musical que desempenhava na ruralidade.

V

A VEXATA QUAESTIO

Mas afinal, depois de tanta polemização e desconstrução (ainda ninguém lhes fez entender o ridículo do neologismo?), afastada a nuvem de fumo

J. L. L.

da politização das coisas populares, cumpre perguntar: qual é efectivamente a questão que é preciso resolver?

Será a temática da problemática da super-estrutura antropológica, a semântica poliédrica da semiótica e outros pechisbeques de retórica? Será a teorização da cabeça do alfinete, a epistemologia do rabanete? Ou é, muito singelamente, conhecer a realidade e a vivência das pessoas na sociedade agrária tradicional?

O *thema decidendum* é, muito simplesmente, muito prosaicamente, o seguinte: a polifonia popular é um exclusivo das vozes femininas, ou as vozes masculinas também cantam e fazem vozes nos corais polifônicos populares?

Sobre esta questão, que é verdadeiramente o que interessa para a decisão da candidatura, nem uma palavra, nem uma resposta! Nada de válido.

Concretamente, o que é necessário é apurar se, na ruralidade, quando os homens cantavam a vozes juntamente com as mulheres nas desfôlhadas, na apanha da azeitona, no madeiro do Natal, nos trabalhos colectivos, nas refeições comunitárias, ou em outros ajuntamentos vicinais, as raparigas e as mulheres os mandavam calar porque só elas sabiam cantar a vozes, só elas tinham "competência" para o fazer, porque queriam afirmar a sua sexualidade através da polifonia (meu Deus, está tudo doido!), porque queriam só elas "desocultar" (seja lá o que isso for) o seu papel na sociedade.

Saber, em resumo, se estas reprimiam aqueles, se sobre eles exerciam uma ordem de proibição de cantarem com elas a vozes.

Ideia absurda que só cabe em mentes fanatizadas. E que, aliás, constituiria um acto discriminatório contra os rapazes e os homens. Caso para a intervenção da Comissão para a Igualdade de Género, se tão prestímosa instituição existisse à época.

Ora, para responder a uma tão magna questão, não é preciso convocar nenhum concílio dos sábios, não é necessário reunir tanta densidade de sapiência.

Não são precisos doutoramentos.

Nem mestrados.

Nem licenciados.

Nem o curso dos liceus.

Nem a quarta classe.

Basta perguntar a um analfabeto. E das duas uma: ou ele vivenciou essas circunstâncias da sociedade tradicional – e puxa pela memória; ou não as vivenciou - e puxa pelos neurónios.

Desafortunadamente, puxar pelos neurónios não é, decididamente, o forte dos proponentes da candidatura, nem dos sábios de que se rodearam.

Citam autores ilustres, de preferência estrangeiros, que a tanto conduz o provincianismo de que padece a intelectualidade bem pensante, mas não conseguem lobrigar a simples, a directa, a prosaica realidade. Não têm olhos para ver, nem cabeça para pensar. A luneta ideológica que usam não os deixa ver a simples realidade. Serve antes para interpretá-la através dos pré-conceitos que habitam as mentes dos “investigadores” e que, na sua soberba, de canudo em riste, julgam ser lei. Científica, claro.

A presente polémica, os insultos que, em estado de completa desorientação, os requerentes da candidatura lançam contra mim, a mediocridade e vacuidade dos seus argumentos, a teorização oca e desligada da realidade, o desconhecimento que demonstram da vida rural, a politização do folk-lore, a distorção do rico património cultural que é o canto polifónico popular, são uma vergonha, um triste episódio, uma mancha negra na História da Etnomusicologia em Portugal.

Os textos produzidos nesta polémica merecem ser conhecidos pelo público em geral. O autor destas linhas não deixará de o fazer, seja em livro, seja em linha, não só para divulgação e memória futura, mas também para que a mancha da vergonha e da ignomínia se lhes cole às costas para todo o sempre. E não sei mesmo se a sobredita Comissão para a Igualdade do Género não terá uma palavra a dizer neste assunto, por óbvia violação e discriminação do papel dos homens na vida rural e concretamente no canto polifónico popular.

João L.

Resumindo e concluindo:

A ideia que preside à candidatura do canto a vozes de mulheres é uma pura, completa e grosseira falsificação da realidade histórica e etnográfica. Como tal, deverá essa candidatura ser sumariamente indeferida.

VI

UMA FÁBULA PARA TERMINAR

No tempo em que os animais falavam, estabeleceu-se uma discussão entre o cavalo e o burro, dizendo este que a relva do prado onde pastavam era azul, ao passo que aquele assegurava que era verde. Submetido o litígio ao rei dos animais, o leão, para espanto de todos, castigou o cavalo em pena severa e criticou-o asperamente. Instado a justificar a insólita decisão, explicou o leão que o cavalo merecia ser castigado por estar a perder tempo com uma discussão inútil, pois era evidente aos olhos de todos que a relva era verde.

Também eu já tenho o meu castigo. Ando a perder o meu precioso tempo a discutir uma coisa que não oferece discussão. *Mea culpa*. Por isso deixo exarado que não vou continuar a gastar mais cera com tão ruim defunto. Insultem como quiserem. Decidiram os contestantes revelar publicamente o seu desdém. Ficam a saber que é recíproco. Da minha parte, não tenho mais pachorra nem tempo para desperdiçar a discutir o óbvio.

José Alberto Sardinha

